

Acordo de Paris sobre mudança climática foi assinado no final de 2015

Em entrevista recente, Noam Chomsky, linguista e ativista norte-americano afirma que “o aquecimento global é o pior problema que a espécie humana jamais enfrentou, e estamos a dirigir-nos para um desastre completo”. Na sua opinião, as alterações climáticas têm efeitos só comparáveis com a guerra nuclear.

A Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas-COP21, realizada em Paris de 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015, conseguiu chegar a consenso considerado histórico, plasmado no Acordo de Paris. Pela primeira vez, assinaram o documento 186 dos 195 países participantes do evento. Desta feita, havia o afã e a necessidade de avançar, de se conseguir algum compromisso, visto o fracasso da conferência de Copenhague de 2009, em que não se conseguiu acordar nenhum texto. O Acordo de Paris substituiria o Protocolo de Kioto. O Acordo, em sua versão original em inglês, pode ser acessado no site da Revista de Ciências Humanas em www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol15/acordo.pdf.

Pelo menos uma proposta brasileira foi incorporada ao Acordo: a progressão do nível de responsabilidade, respeitando as diferenças históricas e capacidades atuais dos países em desenvolvimento, mas caminhando para uma convergência nos níveis de comprometimento.

Centrado no combate à mudança climática e no efeito estufa, o Acordo de Paris tem como principais pontos sua entrada em vigor até 2020, a revisão a cada cinco anos, pelos países aderentes, de suas contribuições e compromissos, e a manutenção do aumento da temperatura média global abaixo de 2o C. Contudo, não chega ao extremo de definir compromissos claros e evidentes, nem assegurar um futuro seguro para o clima, como avaliam os especialistas. Para contar com a assinatura de todos os países, o documento se manteve genérico, não citando prazos, nem metas comuns para que as emissões de gases estufa comecem a cair.

Como acordo global vinculativo, tanto países desenvolvidos como

em desenvolvimento se comprometem em fazer esforços para avançar para uma economia de baixo carbono, com medidas para limitar o aquecimento global da atmosfera, até 2100, a 1,5 graus Celsius. Desta vez, ficou consignada a obrigação de participação de todos os países, não apenas os ricos, no combate às mudanças climáticas. Mesmo assim, os países desenvolvidos irão bancar 100 bilhões de dólares por ano em medidas de combate à mudança climática e adaptação em países em desenvolvimento.

Entretanto, só alguns elementos do acordo serão “legalmente vinculantes”, ou seja, terão força de lei internacional como regulamentação da Convenção do Clima da ONU, assinada em 1992 no Rio de Janeiro.

CERTO CETICISMO

Para muitos, o Acordo é histórico e marcaria uma inflexão nas discussões climáticas e nos compromissos para as mudanças necessárias, a que apontaria. Para outros, é só um apanhado de acordos anteriores já existentes e estamos perdendo os prazos para fazer essas mudanças.

Pela primeira vez, a maioria dos países se comprometem a reduzir as emissões de gases com efeito estufa para a atmosfera. Há uma aposta na transição energética para poder usar menos combustíveis fósseis – como carvão, petróleo e gás natural – e mais energias renováveis.

Para os ambientalistas, os cortes de emissões prometidos pelos países ainda são totalmente insuficientes, deplorando que a decisão sobre ações de corte seja voluntária, a critério de cada país.

Especialistas e pesquisadores da área climática veem os resultados do encontro de Paris com certo ceticismo, observando que eles vêm sendo negociados agora com alguns consensos ainda não consolidados, se arrastando há mais de 20 anos, com poucos resultados concretos. Por exemplo, desde que foi assinada a Convenção, em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro, conhecida também como “Cúpula da Terra” ou “Rio 92” ou ainda Eco 92, as emissões do mundo têm crescido 50%.

Vozes críticas e de alerta chamam a atenção para que haja mais consciência sobre os efeitos das mudanças climáticas e para que sejam promovidas ações concretas desde já, reclamando da insuficiência do documento assinado em Paris. “Digam o que quiserem, observando a situação do ponto de vista dos movimentos sociais, especialmente aqueles que serão mais afetados pelas mudanças climáticas e considerando a ecologia planetária, temos que ser realistas, visto o Acordo de Paris ser totalmente insuficiente para atacar a problemática das mudanças climáticas. Insistir que houve um acordo adequado que abre as portas para abandonar o petróleo é totalmente prematuro. A sociedade civil não pode ficar adormecida, devendo redobrar seus esforços para ir além deste tipo de acordo e alcançar medidas efetivas, reais e concretas, diante das mudanças climáticas. Muitas

delas serão custosas e dolorosas, mas a tarefa é urgente”, observam, no artigo “Acordo de Paris e mudanças climáticas: aplausos errados”, Eduardo Gudynas e Gerardo Honty, analistas do CLAES-Centro Latino Americano de Ecologia Social, de Montevideú. E os analistas se perguntam: “se todos celebram, governos de qualquer signo político, grandes e pequenos contaminadores, empresários e outros grupos de poder, se todos eles se felicitam, podemos acreditar que esse acordo está pondo algum tipo de limite ao vício em petróleo?”

Para o professor Kevin Anderson, da Universidade de Manchester, há mais de 25 anos se sabe o que se precisa saber para combater a mudança climática, “mas as emissões hoje são 60% maiores do que eram nossa anos 1990. Estamos continuando a nos travar em uma trajetória de cem anos de uso de combustíveis fósseis.”

Como observado em reportagem no portal Observatório do Clima, Anderson faz parte de um grupo crescente de cientistas, economistas e analistas políticos que acham que a humanidade já perdeu a chance de manter o aumento da temperatura da Terra abaixo de 1,50 C, o tão celebrado objetivo da COP21. E que mesmo o limite de 2º C é muito mais provável ser ultrapassado do que ser cumprido.

James Hansen, um dos cientistas pioneiros em colocar em evidência as mudanças climáticas, afirmou que as negociações em Paris eram uma ‘fraude’, e que eram necessárias ‘ações’ para cortar as emissões de carbono para 2020, não ‘somente promessas’. A fraude está, segundo Hansen, em sustentar que se aponta que a temperatura planetária passasse os 2 C, mas que se faz pouco ou nada a cada cinco anos.

Assim, estamos com um documento recebido com certa ambivalência. Para alguns, sendo histórico mais pelo que aponta e por algumas boas intenções; para outros, consolidando acordos já existentes e dispersos, mas sem avançar suficientemente, talvez pela intenção de agradar a gregos e troianos, transigindo em algumas questões pelo receio de não lavar nenhum texto de acordo final no encontro de Paris.